

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

**ADRIANE DE PAULA MOREIRA CAVALCANTI**

**INTERCONEXÕES DAS PRÁTICAS DOCUMENTAIS ENTRE A  
BIBLIOTECONOMIA E A ARQUIVOLOGIA**

**João Pessoa**

**2018**

Adriane de Paula Moreira Cavalcanti

Interconexões das práticas documentais entre a biblioteconomia e a arquivologia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de Título de Bacharel ao Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosa Zuleide Lima de Brito.

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Msc. Josélia M. O. Silva.

João Pessoa

2018

Catálogo na publicação  
Seção de Catalogação e Classificação

C376i Cavalcanti, Adriane de Paula Moreira.  
Interconexões das práticas documentais entre a  
biblioteconomia e a arquivologia / Adriane de Paula  
Moreira Cavalcanti. - João Pessoa, 2018.  
48 f. : il.

Orientação: Rosa Zuleide Lima de Brito.  
Coorientação: Josélia M O Silva.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Práticas documentais na biblioteconomia. 2. Práticas  
documentais na arquivologia. 3. Linguagens  
documentárias. I. Brito, Rosa Zuleide Lima de. II.  
Silva, Josélia M O. III. Título.

UFPB/BC

Adriane de Paula Moreira Cavalcanti

INTERCONEXÕES DAS PRÁTICAS DOCUMENTAIS ENTRE A  
BIBLIOTECONOMIA E A ARQUIVOLOGIA

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito de obtenção de título de Bacharel ao Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Paraíba, com concentração na área de Documentação.

Orientadora: Profª. Dra. Rosa Zuleide Lima de Brito.

Coorientadora: Profª. Msc. Josélia M. O. Silva

Aprovado em 13/11/2018

Banca Examinadora

*Rosa Zuleide Lima de Brito*  
Profª. Dra. Rosa Zuleide Lima de Brito

Orientadora (UFPB)

*Luiz Eduardo Ferreira da Silva*  
Prof. Dr. Luiz Eduardo Ferreira da Silva

Membro Externo (UFPB)

*Maria Amélia Teixeira da Silva*  
Profª. Msc. Maria Amélia Teixeira da Silva

Membro Interno (UFPB)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, aos meus pais, Evilásio (in memoriam) e Salete, a minha filha Ane Sofia que é o agente motivador para minha luta diária em ser uma pessoa melhor, às minhas irmãs, Viviane e Tatiane, por todo carinho e amparo, aos meus sobrinhos pelos quais tenho amor incondicional.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu Deus, Pai e Criador, que desde o início me amou e coloca em meu coração a certeza da vitória, mesmo em meio a todas as dificuldades. Agradeço ainda pela intercessão da Virgem Maria a Deus para que eu conseguisse perseverar nesta caminhada.

A minha filha Ane Sofia, que penso amar mais que a mim, que despertou em mim um desejo de ser uma pessoa melhor, lutando diária e constantemente por crescimento pessoal e profissional, para você todo meu amor.

Aos meus pais, Evilásio (in memoriam) e Salete, que me geraram, educaram e lutaram contra todas as adversidades, com muito amor e dedicação, para que hoje fosse possível minha formação profissional; as minhas irmãs, Viviane de Fátima e Tatiane de Lourdes, por todo companheirismo e torcida para que eu conseguisse chegar até aqui.

Aos meus amigos que estou conquistando nessa nova etapa de minha vida.

A UFPB e a Coordenação de Biblioteconomia na pessoa de Rosa Zuleide Lima de Brito, que tem batalhado incessantemente para a formação de profissionais capazes de exercer de modo competente a formação profissional adquirida e que por coincidência vem a ser minha orientadora nesta pesquisa, por ter sempre me motivado, auxiliando no desenvolvimento desta com seu conhecimento, apoio e atenção.

A querida Josélia M. O. Silva, que surgiu em minha vida para trazer fortaleza para trilhar os últimos caminhos acadêmicos, minha eterna gratidão por sempre compartilhar seu conhecimento e suas experiências sem cobrar nada em troca e por ser essa pessoa linda que é por dentro e por fora. E aos meus amigos do grupo Café Ciência, encabeçado por Josélia, que eu não podia deixar de agradecer por dividir comigo todas as noites e tardes de sábado na produção textual de cada um.

A CAGEPA, na pessoa do meu subgerente Engenheiro Ricardo Moisés, por entender meu distanciamento necessário para conclusão desta etapa na minha vida, meu muito obrigada.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram de forma valorosa para a idealização e materialização deste trabalho.

Isso é a grandeza admirável da biblioteconomia [e da arquivologia]! Ela torna perfeitamente acháveis os livros [e os documentos] como os seres, e alimpa a escolha dos estudiosos de toda suja confusão. Este é o seu mérito grave e primeiro.

(Mário de Andrade, 1937. Os filhos da Candinha).

## RESUMO

Esta pesquisa estudou as relações entre a Biblioteconomia e a Arquivologia sobre os aspectos da Representação Temática e Descritiva da Informação, tendo como objetivo geral descrever as práticas documentais da Biblioteconomia e da Arquivologia a partir das suas inter-relações. Nessa mesma direção, delineou-se como objetivos específicos: Caracterizar as áreas da Biblioteconomia e da Arquivologia, quanto as suas possíveis relações e identificar as práticas documentais comuns entre a Biblioteconomia e a Arquivologia. Metodologicamente a pesquisa é de natureza teórico-descritiva e bibliográfica, com abordagem qualitativa. Quanto aos meios, caracteriza-se como pesquisa documental e reflexiva. Concluiu-se a luz dos estudos da Biblioteconomia e da Arquivologia que o tratamento documental de ambas tem interconexões, quanto às linguagens documentárias utilizadas; porém quanto à tipologia documental são diferenciados, visto que a primeira trata do documento enquanto coleção, e a segunda na qualidade de fundo e unicidade.

**Palavras chave:** Práticas documentais na biblioteconomia. Práticas documentais na arquivologia. Linguagens documentárias.

## ABSTRACT

This research has studied the relations between Library and Archivology on the aspects of the Thematic and Descriptive Representation of Information, with the general objective of describing the documentary practices of Librarianship and Archivology from their interrelationships. In this same direction, the following specific objectives were outlined: To characterize the areas of Librarianship and Archives, as well as their possible relations and to identify the common documentary practices between Librarianship and Archivology. Methodologically the research is theoretical-descriptive and bibliographical, with a qualitative approach. As for the media, it is characterized as documentary and reflexive research. We conclude the light of the studies of Librarianship and of Archivology that the documentary treatment of both has interconnections, as to the documentary languages used; but as for the documentary typology they are differentiated, since the first deals with the document as a collection, and the second as the background and oneness.

**Keywords:** Documentary practices in Librarianship. Documentary practices in Archivology. Documentary language.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SOLI - Subgerência de Obras do Litoral  
CAGEPA - Companhia de água e esgotos da Paraíba  
UFPB - Universidade Federal da Paraíba  
BN - Biblioteca Nacional  
APB - Associação Paulista de Bibliotecários  
CBO - Classificação Brasileira de Ocupações  
AN - Arquivo Nacional  
AAB - Associação dos Arquivistas Brasileiros  
NOBRADE - Norma Brasileira de Descrição Arquivística  
CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos  
UFOD - Union Française des Organismes de Documentation  
LDs - Linguagens Documentárias  
CDD - Dewey Decimal Classification  
CDU - Classificação Decimal Universal  
AACR - Código de Catalogação Anglo-americano  
MARC 21 - Machine Readable Cataloging  
CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos  
CDD - Classificação Decimal de Dewey  
CDU - Classificação Decimal Universal

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Descrição dos profissionais da informação.....	18
<b>Quadro 2</b> - Descrição da profissão arquivista.....	23
<b>Quadro 3</b> - Classes das áreas do conhecimento na CDD.....	32
<b>Quadro 4</b> - Classes das áreas do conhecimento na CDU.....	33
<b>Quadro 5</b> – Paralelo entre Biblioteca e Arquivo.....	39
<b>Quadro 6</b> – Tratamento documental: Biblioteconomia X Arquivologia.....	42

### FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Mapa conceitual das conexões entre a Biblioteconomia e a Arquivologia .....	43
--	----

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>A BIBLIOTECONOMIA E A ARQUIVOLOGIA: conceitos e aproximações.....</b>	<b>15</b>
2.1	SURGIMENTO DA BIBLIOTECONOMIA.....	15
2.1.1	<b>Caracterização da Biblioteconomia.....</b>	<b>15</b>
2.1.2	<b>Consolidação da Biblioteconomia no Brasil.....</b>	<b>17</b>
2.1.3	<b>Marco regulatório da profissão bibliotecária.....</b>	<b>18</b>
2.1.4	<b>Surgimento das bibliotecas.....</b>	<b>19</b>
2.2	SURGIMENTO DA ARQUIVOLOGIA.....	20
2.2.1	<b>Caracterização da Arquivologia.....</b>	<b>21</b>
2.2.2	<b>Consolidação da Arquivologia no Brasil.....</b>	<b>22</b>
2.2.3	<b>Marco regulatório da profissão arquivista.....</b>	<b>23</b>
2.2.4	<b>Surgimento dos arquivos.....</b>	<b>24</b>
<b>3</b>	<b>CAMINHOS DA PESQUISA.....</b>	<b>25</b>
<b>4</b>	<b>REFLEXÕES DOCUMENTAIS: Contexto Inter-relacional entre a Biblioteconomia e a Arquivologia.....</b>	<b>26</b>
4.1	LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS.....	27
4.1.1	<b>Práticas documentais da Biblioteconomia: Elementos de Representação Temática e Descritiva.....</b>	<b>29</b>
4.1.1.1	<i>Representação Temática na Biblioteconomia.....</i>	<i>29</i>
4.1.1.1.1	Tesouro.....	30
4.1.1.1.2	Sistemas de classificação bibliográfica.....	31
4.1.1.2	<i>Representação Descritiva na Biblioteconomia.....</i>	<i>34</i>
4.1.1.2.1	Código de Catalogação Anglo-americano - AACR2.....	34
4.1.2	<b>Práticas Documentais na Arquivologia.....</b>	<b>35</b>
4.1.2.1	<i>Legislação Arquivística: CONARQ, Lei Nº 8.159, NOBRADE.....</i>	<i>35</i>
4.1.2.2	<i>Plano de Classificação Documental.....</i>	<i>37</i>
4.1.2.3	<i>Tabela de Temporalidade Documental – TTD.....</i>	<i>37</i>
4.2	INTERCONEXÕES DOCUMENTAIS ENTRE A BIBLIOTECONOMIA E A ARQUIVOLOGIA.....	38
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo originou-se da inquietação da pesquisadora em estudar as questões de atuação do bibliotecário, enquanto documentalista, a partir de sua experiência profissional em um arquivo especializado em Engenharia Civil da Subgerência de Obras do Litoral - SOLI, pertencente a Cagepa - Companhia de água e Esgotos da Paraíba, aliado aos conhecimentos das disciplinas de Organização e tratamento da informação do Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFPB e de Fundamentos da Arquivística, cursada como optativa no Curso de Graduação em Arquivologia. Sem adentrar nos detalhes desta empresa pública e deste departamento, se faz necessário destacar que atualmente não se tem uma política de gestão dos documentos e nem muito menos no quadro de funcionários, pela inexistência de concurso para os cargos de profissionais em Biblioteconomia e Arquivologia. Assim, os documentos correntes são tramitados semiautomaticamente, ou seja, ainda percorrem os setores de forma física e em diversos setores ocorre há formação de massa documental.

Neste trabalho procura-se examinar a prática documental, partindo-se de uma revisão de literatura em duas áreas distintas: Biblioteconomia e Arquivologia, a fim de descrever as práticas documentais comuns tanto ao arquivista quanto ao bibliotecário no tratamento da documentação, e identificar seus pontos de convergência e divergências. Corroborando com este posicionamento, Santos e Reis (2011, p. 1) informam que

É bastante comum encontrar, no cotidiano, pessoas que desconhecem a efetiva diferença entre as instituições Arquivo, Biblioteca [...]. Isto é natural, uma vez que todas essas organizações têm na gama de seus objetivos a guarda, a preservação e a permissão de acesso aos documentos. Entretanto, numa análise contextual mais acurada, torna-se necessário o estabelecimento da distinção entre as características inerentes a cada tipo de acervo (arquivístico, bibliográfico[...]).

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cujas obras apresentem a concepção e o desenvolvimento da Biblioteconomia e da Arquivologia, sobre o tipo de documentação pertinente a cada área, para compreender e aprofundar questões em torno dos conceitos específicos a cada área.

O entendimento do conteúdo acima é essencial nas atividades rotineiras da prática bibliotecária e da prática arquivística, para que o profissional possa disponibilizar os seus respectivos conteúdos informacionais, de modo que os tornem acessíveis a recuperar a informação com maior rapidez e fidedignamente.

Verifica-se também certo desalinhamento entre o que propõe a literatura de cada área frente à realidade da atuação prática do bibliotecário e do arquivista, os quais adotam procedimentos diferenciados ao mesmo documento. É nessa direção que esse trabalho se debruça na tentativa de averiguar se isso de fato ocorre. Pretendemos também chamar a atenção para uma lacuna existente na produção de literatura científica sobre o bibliotecário-documentalista, pois, ao que se percebe, depois de Paul Otlet, pouco se produziu sobre a formação documentalista desse profissional.

Portanto, conhecer o conceito de documentação e suas especificidades na Biblioteconomia como também na Arquivologia é relevante para o desenvolvimento das atividades em qualquer unidade de informação como também dos desafios que cada profissional encontrará em suas experiências.

Nesse contexto, esta pesquisa busca responder o seguinte questionamento: Até que ponto as práticas documentais do bibliotecário e do arquivista se convergem?

Mediante esse questionamento, estabeleceu-se como objetivo geral descrever as práticas documentais da Biblioteconomia e da Arquivologia a partir das suas interrelações. Nessa mesma direção, delinearam-se como objetivos específicos: Caracterizar as áreas da Biblioteconomia e da Arquivologia, quanto as suas possíveis relações e identificar as práticas documentalistas comuns entre a Biblioteconomia e a Arquivologia.

Este trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos. Na introdução apresentam-se, de modo geral, algumas considerações sobre o tema, a justificativa, a problematização, os objetivos. O segundo capítulo trata dos conceitos de Biblioteconomia e Arquivologia, suas reflexões e aproximações. O terceiro capítulo trata dos caminhos da pesquisa com os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa. O quarto capítulo trata da parte técnica comum entre a Biblioteconomia e Arquivologia, contextualizando as inter-relações entre elas. O último capítulo traz as conclusões do trabalho, com as respostas às inquietações motivadoras deste trabalho.

## **2 A BIBLIOTECONOMIA E A ARQUIVOLOGIA: conceitos e aproximações**

A Biblioteconomia e a Arquivologia são áreas do conhecimento que estudam os diversos tipos de tratamento dos documentos, cujo suporte determina as técnicas apropriadas ao conteúdo informacional, de modo que cada uma das áreas citadas têm especificidades próprias. Evidencia-se a seguir conceitos e características, bem como as afinidades e nuances existentes entre a Biblioteconomia e a Arquivologia.

### **2.1 SURGIMENTO DA BIBLIOTECONOMIA**

A história da Biblioteconomia é marcada, inicialmente pela classe de alto poder aquisitivo, conforme Figueiredo e Souza (2007), a gênese das funções biblioteconômicas era exercida apenas pela nobreza letrada ou pelo clero. Isto é reiterado por Oliveira (1996, p. 2) quando diz que “Os livros eram amarrados nas estantes, como um reflexo não somente de sua preciosidade, mas também pelo monopólio da aprendizagem”.

O termo bibliotecário revelou-se em 1751, o qual antecede o termo Biblioteconomia, entendida como tal, enquanto que o primeiro curso de Biblioteconomia, criado pela Escola de Chartres, surge na França, em 1873.

De acordo com Ortega (2009), as denominações Biblioteconomia e Documentação mostram-se presentes no Brasil, mas a segunda não alcança o mesmo nível de popularidade na sociedade.

O fato é que o termo Biblioteconomia é utilizado “para indicar a atividade de gestão e custódia de acervos de bibliotecas” (ORTEGA, 2009, p.4). Já Fonseca (1992) diz que Biblioteconomia é o conhecimento e a prática da organização de livros em bibliotecas. Em resumo, a história da Biblioteconomia é cravada com o próprio surgimento das bibliotecas, isto é, ambas surgiram de modo intrínseco, o que impossibilita determinar a exatidão do surgimento entre a biblioteca e a Biblioteconomia.

#### **2.1.1 Caracterização da Biblioteconomia**

Fonseca (1992, p.15) descreve que “a palavra Biblioteconomia é composta de três elementos gregos - *biblion*=livro + *theka* = caixa + *nomos* = regra”. A

Biblioteconomia pode ser entendida de maneira bem simples como o ofício de organizar e dirigir bibliotecas. Para tal, aplica-se um conjunto de normas que têm por finalidade garantir a organização e recuperação dos documentos informacionais, a medida que estes sejam necessários e solicitados por um determinado leitor ou pesquisador. Nesse sentido, Fonseca (1992, p. 15) complementa apontando os elementos que caracterizam a Biblioteconomia, quanto aos aspectos técnicos e estruturais, assim “[...] a Biblioteconomia é o conjunto de regras de acordo com as quais os livros são organizados em espaços apropriados: estantes, salas e edifícios.” Em relação a essa organização, em face de disponibilização do acervo informacional, são adotados procedimentos de indexação, classificação e catalogação, os quais sistematizam funções técnicas e cognitivas da Biblioteconomia. Desse modo, Fonseca (1992), ainda classifica a Biblioteconomia como parte das Ciências Documentais aplicadas, ao lado da Arquivologia e da Documentação.

Barreto e Barreira (2008, p.36) demonstram que “a história da Biblioteconomia evidencia, desde tempos remotos, a preocupação do homem quanto à sistematização do conhecimento acumulado pela sociedade humana”.

Outra faceta da Biblioteconomia diz respeito às considerações sobre as funções de preservar o conhecimento e de disponibilizá-lo ao usuário, neste sentido Oliveira (1996, p. 1) compreende que “A biblioteca existe em função do registro do conhecimento e do usuário”. Este último reforça um novo caráter da Biblioteconomia, ou seja, a sua função social.

Lemos (2008, p. 101) afirma que

para haver uma biblioteca, no sentido de instituição social, é preciso que haja três pré-requisitos: a intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização; uma comunidade de usuários, efetivos ou potenciais, com necessidades de informação conhecidas ou pressupostas, e, por último, mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca.

Percebe-se na fala do autor, que são estabelecidos três pré-requisitos para que se conceba o papel social da biblioteca, no entanto, na descrição, observa-se que são incorporados mais dois pressupostos, a comunidade de usuários e o local, os quais trazem implícito o sentido de interação social entre usuários e demandas de

necessidades informacionais, visto que são mediante os serviços que a biblioteca oferece e a busca por informações do usuário que se configura a interação/socialização do conhecimento.

### **2.1.2 Consolidação da Biblioteconomia no Brasil**

A consolidação da Biblioteconomia no Brasil ocorreu com a criação de bibliotecas, fossem de caráter privado ou público. As primeiras bibliotecas no Brasil foram criadas pelos Jesuítas, em seus colégios, cuja função era evangelizar, catequizar os indígenas que habitavam estas terras, com o objetivo de torná-los cristãos. Isto ocorreu em meados do século XVI, na Bahia. Nesta, em 1582, oficializa-se a primeira biblioteca monástica (FONSECA, 1992).

Percebe-se, que o estabelecimento da Biblioteconomia no Brasil se inicia com a chegada da Corte Portuguesa, em 1808. Para comportar o acervo proveniente da Biblioteca Real Portuguesa, foi criada a Biblioteca Nacional (BARRETO; BARREIRA, 2008).

Essa trajetória segue com a criação da Biblioteca Pública da Bahia, a qual foi estruturada em um plano inspirado pelas bibliotecas públicas europeias. Prosseguindo essa fase, surgiram às bibliotecas estaduais, em nove estados, isto ocorreu em meados do século XIX. Porém, as mesmas entraram em declínio, provavelmente por deficiência da administração pública (LEMOS, 2008).

Ainda no processo de estruturação ocorreu mais um fato que contribuiu para a decadência no campo da Biblioteconomia, com a expulsão da Companhia de Jesus, culminando com a retirada dos livros dos colégios jesuítas. O acervo destes foi acondicionado em lugares impróprios. Só após alguns anos os livros voltam aos cuidados da igreja ou de pessoas que se prontificassem a tomar conta (MORAES, 2006).

No Brasil, a Biblioteconomia começa com a Biblioteca Nacional que, em 1911, funda o terceiro curso de Biblioteconomia do mundo e o primeiro da América Latina, mas que só teve início em 1915, porém em 1922 foi extinto. Em 1930 foi criada a Associação Paulista de Bibliotecários (APB) e o segundo curso no Instituto Mackenzi em São Paulo-SP. Em 1931, o curso foi reiniciado na Biblioteca Nacional, onde durou mais 2 anos. Em 1944, o curso foi reformulado, oferecendo formação em nível fundamental e superior, mas foi na década de 50 que houve um crescimento

significativo dos cursos de Biblioteconomia no Brasil, principalmente nos estados de Minas Gerais, Paraná e Amazonas (EGGERT-STEINDEL; HENRIQUE; MUSSE, 2002; FONSECA, 1992).

### 2.1.3 Marco regulatório da profissão bibliotecária

Na década de 60 a profissão de bibliotecário foi regulamentada através da Lei nº 4.084, datada de 16 de agosto de 1962. Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965.

De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) instituída em 2002 (BRASIL, 2002) por uma portaria ministerial, o bibliotecário está enquadrado nos profissionais da informação com código 2612, junto com o documentalista e o analista de informações, com o objetivo de disponibilizar a informação em qualquer suporte e gerenciar qualquer unidade de informação (bibliotecas, centros de documentação, centros de informação), podendo inclusive prestar serviços de assessoria e consultoria, nicho a ser explorado pelos profissionais, como demonstra o Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Descrição dos profissionais da informação

<b>2612 - PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO</b>		
<b>CÓDIGO CBO</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b>
2612-05	Bibliotecário: Biblioteconomista, Bibliógrafo, Cientista de informação, Consultor de informação, Especialista de informação, Gerente de informação, Gestor de informação.	Disponibilizam informações em qualquer suporte, gerenciam unidade como bibliotecas, Centros de documentação, Centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam a informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria.
2612-10	Documentalista: Analista de documentação, Especialista de documentação, Gerente de documentação, Supervisor de controle de processo documental, Técnico de documentação, Técnico em suporte de documentação.	
2612-15	Analista de informações: Pesquisador de informações de rede.	

Fonte: Brasil (2018).

Observa-se que não aparece nos códigos da CBO a inserção dos profissionais Arquivistas e Museólogos como pertencentes a categoria profissionais da informação. Outro ponto, que chama atenção são os objetivos e ações comuns designadas na CBO para os profissionais da informação, quando se sabe que na prática são atividades com especificidades singulares a cada área profissional.

#### **2.1.4 Surgimento das bibliotecas**

A origem das bibliotecas está imbricada com a produção de conhecimentos e dos registros do conhecimento, visto que tem “sua origem na Antiguidade Clássica, a biblioteca é um espaço de preservação dos conhecimentos gerados pela humanidade a partir de diferentes sociedades” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005, p. 29). Com esta afirmação, infere-se que o surgimento das bibliotecas ocorre a partir da necessidade de se preservar a história da humanidade. Assim, com a preservação dos registros escritos de conhecimentos, inicia-se o processo de criação de bibliotecas, no entanto, ao longo dos anos, estas também desenvolvem e sedimentam em seus espaços outras representações de conhecimentos além da escrita, como as manifestações culturais, serviços, produtos e artefatos. Sobre isto, Araújo e Oliveira (2005, p. 31) destacam que “[...] no contexto de bibliotecas, a linguagem escrita tornou-se a forma mais comum para registrar conhecimentos”.

De acordo com Araújo e Oliveira (2005) os pré-requisitos fundamentais para o surgimento de bibliotecas são três: condições econômicas, condições sociais e condições políticas. A primeira está pautada no poder econômico, pois a medida que aumenta poder econômico, aumenta o nível de significância em investimento de recursos para a produção de conhecimento e cultura. O segundo tem em seu bojo variedades de fatores sociais e culturais que impulsionam o surgimento de bibliotecas, tais como: crescimento urbano, a diversidade e complexidade de acontecimentos culturais, soma-se a este panorama os impulsos da educação, principalmente no eixo formal, a necessidade de bibliotecas, com todas as suas propriedades: materiais, organizacionais e intelectuais. E por último, os fatores políticos, que incorporam vários graus de comportamentos, desde as dissensões políticas até a demanda de projetos direcionados aos incentivos à criação de políticas públicas para o fomento de bibliotecas (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005).

Nesses emblemáticos contextos, permeiam-se as questões de responsabilidade social da biblioteca, fator substancial na fomentação da produção de conhecimentos social, cultural e tecnológico. Corroborando com esse pensamento, Siqueira (2010, p. 64), acrescenta: “Nas relações entre homens, trabalho e produção de conhecimento, por exemplo, verifica-se uma incessante metamorfose dos dispositivos informacionais no decorrer do tempo, frutos dos aspectos sociais, ideológicos e tecnológicos.” Com isso, presume-se que a responsabilidade social da biblioteca gravita em torno desses elementos, com vistas a promover, potencializar e fomentar a produção do conhecimento resultante da história social e cultural da sua comunidade. Nisto, Siqueira (2010, p. 59) afirma que “[...] à biblioteca cabia à responsabilidade de facilitar ao indivíduo o acesso ao conhecimento social acumulado, funcionando como uma organização social voltada à memória sociocultural.” Esta performance caracteriza as várias facetas da biblioteca, desde o seu aspecto técnico em preservar o conhecimento mediante os processos de documentação, bem como a guarda, disseminação e compartilhamento desse bem social.

## 2.2 SURGIMENTO DA ARQUIVOLOGIA

Discutir sobre o surgimento da arquivologia, é o mesmo que sobrepor a discussão em torno da evolução dos arquivos. Isso porque a sua evolução ocorre a partir das práticas arquivísticas, as quais, conforme a literatura acadêmica, confunde-se com a própria história das civilizações, corroborando com essa afirmação, Fonseca (2005, p. 30), considera que “[...] para uns se dá há cerca de 6 (seis) milênios mas para outros remontam do século XVI.” Isso porque os dados históricos mostram que desde tempos longínquos, nos mais diferentes suportes, como nas paredes das cavernas, da tábua de argila, do papiro, do papel, do eletrônico, encontra-se registros históricos, administrativos, culturais, de interesse público ou privado. De modo que, conforme a variação do suporte, seus respectivos conteúdos também podem compor variedades de assuntos.

Outra consideração, espaço-temporal, compreende que “Os arquivos como instituição, provavelmente, tiveram origem na antiga civilização grega. Entre os séculos V e IV a.C., quando os atenienses guardavam seus documentos de valor no templo da mãe dos deuses, isto é, no Metroon” (SCHELLENBERG, 2006, p. 25).

Sabe-se, que a evolução da Arquivologia, segundo a literatura arquivística, tem seu escrito espaço-temporal anotado, considerando os percursos históricos: Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. A literatura mostra que cada período histórico foi marcado pela necessidade de guarda e/ou de preservação documental, com o intuito de que seja assegurado o registro da história da humanidade.

### **2.2.1 Caracterização da Arquivologia**

Percebe-se na literatura, que a trajetória da Arquivologia em seu processo histórico é milenar, enquanto práticas de organização de documentos, no entanto a sua afirmação como campo de conhecimento sistematizado ocorre no período renascentista. Nesta época, inicia-se a preocupação com a conservação e preservação de documentos, com isso são publicados os primeiros manuais e tratados sobre a importância da preservação e conservação. Seguidamente, nos séculos posteriores, com a chegada da modernidade, os estudos e o conhecimento produzido por essa área passa a focalizar as atividades rotineiras dos arquivos (ARAÚJO, 2014). Logo, Arquivologia, enquanto área do saber, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.37) é compreendida como a “disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos”.

Inicialmente, a consolidação dos arquivos configurou como práticas comuns de atividades humanas. Com o processo organizacional da prática profissional, mediante a criação de grupos associativos, participação em congressos, fóruns, demarcou-se o seu campo científico da Arquivologia. Então, no primeiro momento constitui-se como área autônoma de atuação profissional, em seguida define seu escopo científico. As suas demarcações aparecem primeiro em função dos aparatos técnicos, depois do conhecimento científico, com essas áreas definidas, outros componentes incorporam a sua rede de relações, pois novas caracterizam o teor social e cultural (ARAÚJO, 2014).

De acordo com Bellotto (2006), as dimensões que balizam a efetivação da Arquivologia enquanto prática arquivística, escopo científico, caracterização social e cultural se projetam enquanto elementos que definem o fazer da arquivologia, entre

outros pontos, pode-se destacar a função de preservação e guarda documental, cujo dinamismo destas garante a sociedade os registros históricos, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos produzidos pela humanidade.

O Manual dos Holandeses foi importante no processo de rompimento paradigmático da disciplina Arquivística que até então era considerada como uma disciplina auxiliar da História. Além disso, essa obra iniciou o processo de análise da área sob o prisma epistemológico, com a definição do conceito de arquivo e de Arquivologia e a produção de manuais que colaboraram para a implantação de normas institucionais (SILVA *et. al.*, 2002, p. 115).

### **2.2.2 Consolidação da Arquivologia no Brasil**

Verifica-se na literatura arquivística, que o marco inicial do surgimento da Arquivologia no Brasil se dar com a chegada da Coroa Portuguesa, pois com a vinda de Dom João VI e toda família real, também foram transferidos para o Brasil documentos, leis e ofícios. Isso deu início a criação do Arquivo Público do Império, cujas “funções similares às que cabia aos arquivos nacionais europeus, no que tange ao auxílio à estruturação do Estado em suas diversas formas, bem como a posterior manutenção” (CRIVELLI; BIZELLO, 2012, p. 46).

Em 1911, ocorre uma reestruturação, e o Arquivo Público do Império muda o nome para Arquivo Nacional (AN). Logo, a história da Arquivologia no Brasil começa pelo Arquivo Nacional, criado em 1838 (CRIVELLI; BIZELLO, 2012). Logo, a história da Arquivologia no Brasil começa pelo Arquivo Nacional. O percurso histórico da Arquivologia no Brasil se consolida na década de 1950, quando as atividades passam a tomar consistência, com a criação de cursos de formação, criados pelo Arquivo Nacional, a fim de qualificar o pessoal que desempenhava as atividades arquivísticas (CRIVELLI; BIZELLO, 2012).

O processo de consolidação da Arquivologia continua firme, pois em 1971, data a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), com sede no Rio de Janeiro. Neste período, também começa a surgir a criação de cursos superiores em Arquivologia nas universidades brasileiras.

### 2.2.3 Marco regulatório da profissão arquivista

A profissão de arquivista no Brasil é regulamentada pela Lei nº 6546, de 04 de julho de 1978, e pelo Decreto nº 82.590, de 06 de novembro de 1978, que a regulamentou.

O arquivista é “o profissional responsável pela elaboração e condução de programas de gestão de documentos, administração de fundos e de instituições arquivísticas e pela execução das funções inerentes a essas competências”. (SANTOS, 2015, p. 44).

O Quadro 2, a seguir descreve o CBO do Arquivista e sua descrição sumária do Ministério do Trabalho:

Quadro 2 - Descrição da profissão arquivista

<b>2613-ARQUIVISTAS</b>		
<b>CÓD. CBO</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA</b>
2613-05	Administrador de arquivos, Encarregado de serviço de arquivo médico e estatística, Especialista em documentação arquivística, Especialista em organização de arquivos, Gestor de documentos	Organizar documentação de arquivos institucionais e pessoais. Dar acesso à informação, conservar acervos. Preparar ações educativas ou culturais, planejar e realizar atividades técnico-administrativas, orientar implantação das atividades técnicas. Participar da política de criação e implantação de instituições arquivísticas.

Fonte: Adaptado do Ministério do Trabalho e Emprego (2018).

Percebe-se que a descrição sumária expressa às designações da prática arquivística, tanto com relação aos processos técnicos de tratamento do documento, quanto ao seu aspecto da gestão documental.

Para que o arquivista possa desempenhar as práticas documentalistas, relativas à Arquivologia, foi regulamentada a profissão, pela Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978 que dispõe sobre a regulamentação de Arquivista e Técnico de Arquivo. Esta é regulamentada pelo Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1985.

## 2.2.4 Surgimento dos arquivos

A palavra arquivo vem do latim *archivum* e significa “lugar de guarda de documentos e outros títulos” (GALVÃO, 1909 apud PAES, 2004, p. 19). Logo, o arquivo, enquanto documento, é um conjunto de documentos organizados criados por uma pessoa ou instituição para conservação com objetivos legais, culturais ou políticos (PAES, 2004).

Schellenberg (2002) faz uma distinção arquivo e arquivos, o primeiro se refere à instituição arquivística, enquanto que o segundo para designar os documentos.

Para Paes (2004, p. 16, grifo do autor) “Arquivo - É a acumulação ordenada dos *documentos*, em sua maioria *textuais*, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro.” Para o autor, a finalidade dos arquivos é primordialmente funcional embora exista o valor cultural.

Os arquivos são instituições públicas ou privadas, que tem como principais funções a: criação, avaliação, aquisição, classificação, descrição, comunicação e conservação dos documentos gerados em decorrência do exercício das atividades funcionais que se estabelecem primordialmente pelas vias jurídico-administrativas (TANUS; RENAU; ARAÚJO, 2012, p. 160).

O Arquivo Nacional (2005) informa que desdobram-se sobre os documentos outros entendimentos essenciais para o tratamento da documentação, como os princípios da proveniência ou respeito aos fundos, da territorialidade, do respeito à ordem natural, da pertinência ou princípio temático e o princípio da reversibilidade. Ainda cita outras características como unicidade, organicidade, indivisibilidade, integridade, autenticidade e heterogeneidade.

Para Paes (2004) os arquivos guardam os tesouros culturais da época e que eram responsáveis pela proteção dos documentos que atestam a legalidade de seus patrimônios. Para Bellotto ([19--]) “o objetivo da Arquivologia é o acesso à informação. A finalidade última dos arquivos, seu objetivo maior, é, pois comprovadamente, o acesso à informação” E que um dos objetos da Arquivologia é o documento.

### 3 CAMINHOS DA PESQUISA

Os caminhos metodológicos para o desenvolvimento deste estudo teve como alicerce a pesquisa qualitativa, do tipo teórico-descritivo e bibliográfico, que reuniram parâmetros para análise da práxis documentais entre a Biblioteconomia e a Arquivologia, com vistas as suas interconexões. A metodologia aplicada teve o intuito de contribuir para o traçado dos objetivos estipulados. A metodologia “é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para a construção do conhecimento” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.14).

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 54), “quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos, monografias, dissertações, teses, [...]. Já em relação a abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa, pois “a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

Escolheu-se a metodologia reflexiva pelo caráter interpretativo desta pesquisa, visto que a “Metodologia reflexiva é aquela que defende a tese segundo a qual a pesquisa empírica é de natureza interpretativa, política e retórica” (ALVESSON; SKOLDBERG 2000 apud VERGARA, 2010, p. 172). Neste aspecto, os conceitos teóricos de documentação e suas relações na Biblioteconomia e Arquivologia deram subsídio às reflexões sobre as práticas documentais.

Para a coleta dos dados, se pesquisou acerca desta temática em livros, artigos, teses e dissertações. Na primeira fase, foram feitos resumos, fichamentos, anotações para confrontar os autores quanto a literatura com relação a essa temática, na segunda fase, dissertar sobre cada ponto com o intuito de atender seus objetivos.

#### 4 REFLEXÕES DOCUMENTAIS: Contexto Interrelacional entre a Biblioteconomia e a Arquivologia

O dicionário online Dicio, traz o conceito de documentação como: o “ato ou efeito de documentar” um conjunto de documentos para verificação de fatos históricos, identidade de pessoas, etc. É uma ferramenta de valor organizacional e administrativo para a instrumentalizar o documentos.

Em relação ao ato de documentar, usa-se o termo documentalista, o qual vem do latim *documentum*, é o *ista* que indica o ato profissional, ou seja, é aquele que trata dos documentos, executando as atividades da documentação.

A consolidação do conceito de documento teve como precursor Otlet (1937), o qual trouxe a definição a seguir:

Documento é o livro, a revista, o jornal, é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música, é também atualmente o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica.

A partir desta definição, infere-se que o documento é qualquer material que contenha determinado tipo de informações, as quais podem está em suportes diversos, trazendo a fala do autor para os dias atuais, poderíamos dizer que documento é toda a parte documental que precede ou sucede as tecnologias da informação e da comunicação.

Briet (2016, p. 1) define documento como: “toda base de conhecimento fixada materialmente e suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova”. Esta, origina-se da oficial da Union Française des Organismes de Documentation (UFOD). Partindo desta definição, compreende-se que independentemente do tipo de suporte, o documento é o registro do conhecimento, o qual se transforma em uma fonte potencial de informação.

Diante das definições, pressupõe-se, que independente do documento o profissional bibliotecário-documentalista e/ou arquivista, deve ter o domínio do conjunto de técnicas, dos métodos e das ferramentas na realização de suas respectivas atividades.

De acordo com Fonseca (1987, p.126):

a Documentação preocupou-se com a normalização ou o uso de normas nos processos de organização e difusão de documentos: classificação, indexação temática, resumo, difusão através das publicações chamadas secundárias etc.

A documentação começou a se desenvolver por volta de 1930, com os trabalhos de Paul Otlet e Henri La Fontaine, considerados “pais” da documentação.

A Biblioteconomia e a Arquivologia têm objetivos diferentes, uma vez que, o acervo documental de uma biblioteca procura evidenciar o apoio informacional ao ensino e a pesquisa (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005), enquanto que o acervo documental arquivístico tem a finalidade de servir a administração, e a função de disponibilizar e tornar acessível o acervo documental sob sua guarda (PAES, 2004).

Litton (1976, p.28,) cita Paul Otlet afirmando que a documentação acompanha o documento desde o momento em que surge da pena do autor. Este é um conceito clássico, totalmente atual para o entendimento do processo de documentação. De modo igual, Ortega (2009) afirma que o documento é concebido simultaneamente como instância física e informativa para otimizar a circulação social do conhecimento. Concomitante a essa ideia da socialização do conhecimento, desencadeiam-se “Em fins do século XIX, os problemas bibliográficos começavam a ficar complexos para os pesquisadores que não encontravam nas bibliotecas meios aperfeiçoados de acesso a documentos cada vez mais variados” (LE COADIC, 2004, p. 15).

Nesse contexto, “Havia necessidade de uma nova tecnologia, de um novo conjunto de técnicas para organizar, analisar os documentos, descrevê-los, resumí-los, [...]” (LE COADIC, 2004, p. 15). Isto, certamente, representa o conjunto de práticas documentais, cujos procedimentos técnicos são comuns a Biblioteconomia e a Arquivologia, ou mesmo para qualquer área que se dedique a organizar o seu portfólio documental.

#### 4.1 LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS

A base da organização dos documentos está nas atividades de processos técnicos, isto é, a organização e tratamento do documento, com o intuito de disponibilizar, de modo que favoreça a eficiência e eficácia na recuperação da informação. Esse processo se dá pela representação da informação, que possui

vasta entidade facetária, por isto se faz necessário considerar as particularidades do documento quanto a sua representação temática e descritiva.

Representar é descrever, é traduzir as características do documento, de forma que o conteúdo informacional seja entendido, e a sua natureza possibilite a criação de novos significados, com isso se agreguem novos conhecimentos. Isto é um indício que, “[...] não basta a informação está inserida no acervo, é preciso que esteja representada para ser recuperada pelos usuários, [mediante] princípios contidos na organização, representação e recuperação da informação [...]” (FERREIRA; ALBUQUERQUE, 2012, p. 17). Nesse caso, o enfoque está em se estabelecer a comunicação entre o usuário e a informação que ele busca, para suprir a necessidade informacional.

Os produtos da representação da informação são:

- resumos,
- referências
- índices ,
- catálogos,
- bibliografias

As linguagens são recursos que instrumentalizam a indexação, armazenamento e recuperação da informação, correspondendo aos sistemas e símbolos, com vistas a traduzir e representar o conteúdo dos documentos, construídas para “[...] indexação, armazenamento e recuperação da informação e correspondem a sistemas de símbolos destinados a ‘traduzir’ os conteúdos dos documentos” (CINTRA et al., 2002, p.33).

As Linguagens Documentárias - LDs funcionam como instrumento mediador entre o usuário/leitor e o acervo, e tem função de representar o conhecimento dando destaque às informações consideradas centrais nos documentos. O tratamento documental através das LDs proporcionam divulgação e criação de novos conhecimentos (CINTRA et. al., 2002).

As LD mais conhecidas na Biblioteconomia são os tesouros e os sistemas de classificação bibliográfica (GOMES, 1990). Segundo Cintra et al. (2002, p. 40) destaca que “os primeiros sistemas de classificação bibliográfica conhecidos são de natureza enciclopédica, como a *CDD - Dewey Decimal Classification*, a *CDU -*

*Classificação Decimal Universal* [e *Classificação de Ranganathan* ou *Classificação Facetada*], e visam cobrir todo o espectro do conhecimento.”

#### **4.1.1 Práticas documentais da Biblioteconomia: Elementos de Representação Temática e Descritiva**

Objetiva-se breve discussão sobre o processo de classificação, bem como apresentar alguns dos sistemas de classificação mais utilizados no campo da Biblioteconomia. Serão apresentados os sistemas *Classificação Decimal de Dewey*, *Classificação Decimal Universal* e a *Classificação de Ranganathan*, também conhecida como *Classificação Facetada*.

Para isso, são postas os tipos de linguagens documentárias, consideradas mais usuais, que tratam do acervo documental (livros, mapas, partituras, mídias digitais e outros) da Biblioteconomia. Portanto, discorre-se acerca da *Representação Temática* (*Indexação*, *Resumo*, *Classificação Decimal de Dewey*, *Classificação Decimal Universal* e a *Classificação de Ranganathan*) e da *Representação Descritiva* (*catalogação (AACR)*, com o uso da linguagem *MARC 21 (Machine Readable Catalogin)*)

##### *4.1.1.1 Representação Temática na Biblioteconomia*

A representação temática trata da representação do conteúdo, com o máximo de fidedignidade, utilizando-se estratégias e instrumentos de padronização desse processo, através das linguagens documentárias (KOBASHI, 1997).

Segundo Silva e Araújo (2009, p. 73), “a indexação é a representação do conteúdo temático de um documento por meio dos elementos de uma linguagem documentária”.

A ação de indexar e resumir são atividades que têm por função a recuperação da informação. Estas são o mais importante instrumento de recuperação da informação (ROBREDO, 2005, p.165). Isto na prática funciona com a indexação da informação, ou seja, o assunto é indexado por palavras da linguagem natural do pesquisador (usuário), as quais são utilizadas no sistema de busca, na recuperação da informação, pelo do usuário.

Para Kobashi (1996 apud KOBASHI, 2007, p. 1) “indexar, resumir e construir linguagens de representação são os termos técnicos que denominam essas operações. Já Robredo e Cunha (1994, p. 203) descrevem que a indexação pode ser por categorização, indexação superficial e indexação profunda. No que se refere à parte de do documento, pode ser a partir do título, do resumo, do título e resumo, a partir de partes do documento e a partir do documento completo. De acordo com o procedimento, pode ser manual, automática e mista. Do ponto de vista da linguagem, pode ser natural ou controlada.

Robredo (2005, p. 165) cita que as etapas do processo de indexação são:

- a identificação do assunto;
- descrever um conjunto de palavras, frases ou códigos que representam o assunto;
- a tradução das descrições dos assuntos relevantes para a linguagem de indexação;
- a organização das descrições padronizadas dos assuntos de acordo com a sintaxe da linguagem de indexação.

Segundo Cintra *et. al.* (2002), as linguagens documentárias mais conhecidas são as linguagens alfabéticas (Tesouros) e as linguagens hierárquicas (sistemas de classificação bibliográfica). Assim, segue abaixo considerações sobre Tesouro e Sistemas de Classificação Bibliográfica.

#### 4.1.1.1.1 Tesouro

O tesouro é uma linguagem documentária terminológica, com função atenuadora na indexação de assuntos. Nesse sentido, de acordo com Robredo, o tesouro é um importante instrumento de vocabulário controlado e seu uso acentuado foi a partir do desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia, como instrumento facilitador da recuperação da informação. Ele lista os descritores em ordem alfabética, controlando sinônimos.

Para Robredo (2005, p.157):

[...] um tesouro pode ser definido levando em consideração sua função ou sua estrutura. Considerando sua função, um tesouro é um instrumento de controle terminológico que permite traduzir a linguagem natural dos documentos, dos indexadores e dos usuários, numa ‘linguagem sistêmica’ mais rígida (linguagem documentária, linguagem do sistema de informação). Levando em consideração a

sua estrutura, um tesouro é um vocabulário controlado e dinâmico de termos relacionados a semântica genericamente, que cobre um campo específico de conhecimentos.

A sistematização estrutural do tesouro preconiza sua organização em forma de índice, mas não é um índice, de acordo com o nível hierárquico, assemelha-se a Classificação Decimal Universal - CDU, com a relação de equivalência e com a relação de associação ou de afinidade.

A estrutura do tesouro apresenta o Termo Genérico (TG), o Termo Específico (TE), o Termo Relacionado (TR), Nota de Alcance (NA), Termo Genérico Maior (TGM), Usado Para (UP), USE; estes são termos relacionados com a função do descritor. Este, por sua vez, os descritores são palavras ou conjunto de palavras que expressam conceitos (CAMPOS, 2004).

#### 4.1.1.1.2 Sistemas de classificação bibliográfica

Litton (1975, p. 1) cita que a classificação é “uma das tarefas mais interessantes e importantes dentre todas que realiza o bibliotecário [...] o homem está constantemente ordenando coisas e que a faculdade de classificar é um dos processos mentais essenciais”. Esta percepção indica, o quanto às ações classificatórias precede os demais procedimentos documentários. Igualmente, ressalta-se, a sua preeminência cognitiva.

Nesta perspectiva, Litton (1975, p. 3) diz que “classificação é a arte de designar, para os livros, um lugar determinado num sistema de classificação no qual estão agrupados, de acordo com suas semelhanças ou relações, os diversos temas da pesquisa humana, ou as descrições da vida humana em seus diversos aspectos”. Portanto, classificar é saber dar nome às coisas (assunto), dispendo-as (material documental) de modo que as tornem disponíveis aos pesquisadores e usuários em geral, no momento de busca e recuperação da informação (ação fim da Biblioteconomia).

##### **a) Classificação Decimal Dewey (CDD)**

É um sistema de classificação utilizado nacional e internacionalmente por bibliotecas de todo o mundo, que tem por objetivo organizar hierarquicamente a totalidade do conhecimento em classes decimais.

[...] Pode-se definir como uma classificação enumerativa que fornece alguns elementos de síntese em certas áreas. A representação dos assuntos é numérica.[...] Reúne todas as áreas do conhecimento em dez classes principais. Cada classe subdivide-se em subclasses que representam as subdivisões principais da área (ROBREDO, 2005, p. 129).

A CDD foi criada por Melvil Dewey em 1876, sendo originalmente publicada na forma de um folheto com autoria anônima, com um total de 42 páginas (12 de introdução, 12 de tabelas e 18 de índice), dividindo o conhecimento em cerca de 1000 classes. Para melhor entendimento da composição das áreas de conhecimento, elaborou-se o Quadro 3.

**Quadro 3 - Classes das áreas do conhecimento na CDD**

000 OBRAS GERAIS	500 CIÊNCIAS PURAS
100 FILOSOFIA	600 TECNOLOGIA
200 RELIGIÃO	700 ARTES
300 CIÊNCIAS SOCIAIS	800 LITERATURA
400 LINGUÍSTICA	900 HISTÓRIA

Fonte: Robredo (2005).

As áreas do conhecimento expostas no Quadro 3 correspondem a sistematização das áreas do saber organizadas por classes decimais. Desde a sua primeira publicação, em 1876, não houve nenhuma interrupção na CDD. Foi traduzida em mais de 30 línguas.

**b) Classificação Decimal Universal - CDU**

A Classificação Decimal Universal é um sistema de classificação facetado ou analítico-sintético, desenvolvido por Paul Otlet e Henri la Fontaine, no final do século XIX. Esse sistema foi desenvolvido a partir do sistema de classificação de Dewey.

Segundo Robredo (2005, p.130):

[...] a CDU não foi concebida inicialmente como um sistema de classificação para livros exclusivamente, mas como um meio para

indexar e organizar grandes acervos documentais, que deveriam incluir tanto livros como todo tipo de documento.[...] Cada uma dessas classes encontra-se subdividida em outras dez seções, e cada uma destas seções ou grupos corresponde a uma área bem definida.[...] Novamente, cada uma destas seções se subdivide em dez novas seções (terceiro nível), recomeçando a subdivisão em três níveis até atingir o grau de especificidade desejado.

Assim como a CDD, o sistema de CDU também está organizado em classes decimais, mas com o diferencial do uso de sinais auxiliares, pelos quais é possível indicar a junção de vários elementos, ou aspectos especiais de um assunto ou relações de assunto (LINTON, 1975).

#### **Quadro 4 - Classes das áreas do conhecimento na CDU**

0	GENERALIDADES, DOCUMENTAÇÃO, BIBLIOTECONOMIA
1	FILOSOFIA, ÉTICA, PSICOLOGIA
2	RELIGIÃO, TEOLOGIA
3	CIÊNCIAS SOCIAIS, DIREITO ADMINISTRATIVO
4	LIVRE
5	MATEMÁTICA, CIÊNCIAS NATURAIS
6	CIÊNCIAS APLICADAS, MEDICINA, TECNOLOGIA
7	ARTES, ARQUITETURA, ESPORTES
8	LÍNGUAS, LITERATURA
9	GEOGRAFIA, BIOGRAFIA, HISTÓRIA

Fonte: Robredo (2005).

A disposição das áreas do conhecimento na CDU também emprega o sistema decimal, cujas áreas do saber estão divididas em dez grandes classes decimais, conforme expressas no Quadro 4.

#### **c) Classificação de Ranganathan ou Facetada**

Sobre este ponto de vista apresentado, Ranganathan (apud MEY, 1995, p. 2) fórmula cinco leis da biblioteconomia, sendo elas: “os livros são para usar, a cada leitor o seu livro, a cada livro o seu leitor, poupe o tempo do leitor e a biblioteca é um

organismo em crescimento”. Isto mostra a preocupação que o autor da citação teve em socializar as informações.

#### *4.1.1.2 Representação Descritiva Na Biblioteconomia*

A Representação Descritiva, é responsável pelo aparelhamento da catalogação, que de forma geral, é o ato de descrever o documento e registrá-lo a partir de suas informações, ou seja, “a catalogação consiste em registrar um conjunto de informações sobre um determinado documento ou conjunto de documentos” (BIBLIOTECA NACIONAL). O código AACR2 é o instrumento base na catalogação anglo-americanas, ele é o mais usado e aceito internacionalmente.

##### 4.1.1.2.1 Código de Catalogação Anglo-americano - AACR2

Os princípios do Controle Bibliográfico Universal possibilitaram a elaboração de diretrizes para aquisição de maior uniformidade na descrição bibliográfica dos documentos publicados no mundo. Depois da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, em 1961, foi publicado o primeiro AACR - Código de Catalogação Anglo-americano, em 1967. No Brasil, em 1969, foi publicada a primeira edição brasileira.

#### **a) MARC21 - Machine Readable Cataloging**

O formato MARC é um conjunto de códigos e designações de conteúdos definido para codificar registros que serão interpretados por máquina. Sua principal finalidade é possibilitar o intercâmbio de dados de diferentes instituições ou exportar dados de sua instituição para outros sistemas ou redes de bibliotecas através de programas de computador desenvolvidos especificamente para isto (MARC 21, 2008).

Um registro MARC é composto por três elementos:

- estrutura,
- indicação do conteúdo e
- conteúdo propriamente dito.

A estrutura do registro é uma implementação dos padrões internacionais ANSI Z39.2 e ISO 2709. As indicações de conteúdo são códigos e convenções estabelecidos para identificar e caracterizar os dados dentro do registro e permitir sua manipulação. Os conteúdos dos dados que compõe um registro MARC geralmente são definidos por padrões externos ao formato, como: International Standard Bibliographic Description (ISBD), Anglo-American Cataloguing Rules (AACR2), Library of Congress Subject Headings (LCSH) ou outros códigos usados pela instituição criadora do registro.

#### **4.1.2 Práticas documentais na Arquivologia**

Dantas (2015) considera que as práticas documentais na arquivística atual, ocorrem mediante dois prismas determinantes, o primeiro diz respeito ao extenso volume de documentos resultantes das atividades organizacionais, seja no âmbito público ou privado, o que exige estrutura sistemática de ordenamento para que ocorra a recuperação da informação com eficiência. Enquanto, que o segundo corresponde à construção teórica da organização documental da arquivística, principalmente no tocante ao princípio da proveniência.

Nas práticas arquivísticas, no que se refere à representação da informação, Andrade (2007, p. 37) considera que “a representação de informação é conhecida na Arquivologia como descrição arquivística.”

##### *4.1.2.1 Legislação Arquivística: CONARQ, Lei Nº 8.159, NOBRADE*

O Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, é um órgão colegiado vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, possui a finalidade de definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como também exercer orientação normativa com vistas à gestão documental e a preservação dos documentos dos arquivos (CONARQ, 2014). É constituído por 17 (dezesete) membros conselheiros: o Diretor-Geral do Arquivo Nacional, que o presidirá, representantes dos poderes: Executivo Federal, Judiciário Federal, Legislativo Federal, do Arquivo Nacional, dos arquivos públicos estaduais e do Distrito Federal, dos arquivos públicos municipais, das instituições mantenedoras de curso superior de Arquivologia, de associações de arquivistas e de instituições que congreguem profissionais que atuem nas áreas de

ensino, pesquisa, preservação ou acesso a fontes documentais, cada um dos conselheiros possui um suplente.

O Regimento Interno do CONARQ foi aprovado a partir da Portaria Nº 2588 de 24 de novembro de 2011. Ele possui 06 capítulos e 29 artigos que descrevem suas competências, sua estrutura e as atribuições dos membros.

A Lei Nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. A Lei trás as definições de termos como arquivo, gestão de documentos, arquivo público e arquivo privado. Em relação às definições, no que se trata de gestão de documentos, conforme a Lei nº 8.159/91, “Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento”.

Ainda sobre a legislação Arquivística, tem-se a NOBRADE - Norma Brasileira de Descrição Arquivística, a qual foi criada com o objetivo de adaptar as normas internacionais a realidade do Brasil. Ela é voltada principalmente para descrição do documento na fase permanente, mas também pode ser aplicada na intermediária e corrente, com vistas a garantir descrições consistentes, apropriadas e autoexplicativas (NOBRADE, 2006, p 9-10).

A norma possui 8 (oito) áreas e 28 elementos de descrição. As áreas serão listadas a seguir:

- área de identificação;
- área de contextualização;
- área de conteúdo e estrutura;
- áreas de condição de acesso e uso;
- áreas de fontes relacionadas;
- áreas de notas;
- áreas de controle da descrição;
- áreas de ponto de acesso e descrição de assunto.

As oito áreas da norma fornecem as diretrizes para a descrição de documentos arquivísticos.

#### 4.1.2.2 Plano de Classificação Documental

O Plano de Classificação Documental (PCD) é o documento que dispõe dos elementos de gestão que organiza, os tipos de documentos produzidos e/ou recebidos na organização, definidos conforme os critérios da classificação documental, organizados seguindo a forma hierárquica mediante unidades de classificação (FARIA, 2006).

Entende-se que o PCD é um instrumento de gestão que implementa os mecanismos de classificação, de modo que,

A classificação por assuntos é utilizada com o objetivo de agrupar os documentos sob um mesmo tema, como forma de agilizar sua recuperação e facilitar as tarefas arquivísticas relacionadas com a avaliação, seleção, eliminação, transferência, recolhimento e acesso a esses documentos, uma vez que o trabalho arquivístico é realizado com base no conteúdo do documento, o qual reflete a atividade que o gerou e determina o uso da informação nele contida (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2001, p. 9).

A Arquivologia, apesar de adotar a classificação, possui critérios diferentes da Biblioteconomia. Enquanto a Biblioteconomia indexa e classifica o livro de acordo com o assunto tratado, a Arquivologia classifica com base na estrutura orgânica e funcional. A Biblioteconomia possui instrumentos padronizados de classificação por assunto (CDD e CDU), enquanto que a Arquivologia elabora o PCD, necessariamente, para atender às peculiaridades da instituição. Esta deve “elaborar o seu próprio plano de classificação [...]”. Logo, “A elaboração desse esquema, índice, plano ou código de assuntos exige um estudo completo da organização a que se destina” (PAES, 2004, p. 78).

#### 4.1.2.3 Tabela de Temporalidade Documental - TTD

A Tabela de Temporalidade é um instrumento que dispõe das diretrizes que determinam o tempo e o local de guarda dos documentos.

Segundo Paes (2004, p. 106, grifo do autor):

**Tabela de temporalidade.** É o instrumento de destinação que determina os prazos que os documentos devem ser mantidos nos arquivos correntes e/ou intermediários, ou recolhidos aos arquivos

permanentes, estabelecendo critérios para microfilmagem e eliminação.

Nesse aspecto, observa-se que a natureza da tabela de temporalidade exige para a sua aplicação aprovação da autoridade competente ou autoridades competentes, uma vez que a construção da tabela de temporalidade é realizada por uma equipe multiprofissional. Os documentos devem ser descritos de forma clara, de modo que evite interpretações equivocadas, principalmente quando for necessário fazer eliminações (PAES, 2004).

#### 4.2 INTERCONEXÕES DOCUMENTAIS ENTRE A BIBLIOTECONOMIA E A ARQUIVOLOGIA

Schellenberg (2006) discorre sobre as relações entre as profissões de bibliotecário e arquivista, apontando as diferenças dos seus respectivos métodos no tratamento documental. Para o autor, os documentos arquivísticos foram produzidos de acordo com a atividade fim do órgão ou entidade, tendo relação orgânica. Já o material de uma biblioteca visa em primeiro lugar ter fim cultural.

Araújo (2014, p. 4) diz que “iniciativas de aproximação” entre as respectivas áreas “têm demandado maior clareza sobre o que são e quais suas especificidades, seus pontos comuns, os temas e conceitos que as perpassam [...]”.

As práticas arquivísticas, biblioteconômicas [...] são milenares, mas a origem das áreas como campos do conhecimento sistematizado se localiza no período do Renascimento, com a publicação dos primeiros tratados e manuais enfatizando a importância da conservação e preservação de acervos. [...] O processo de consolidação disciplinar de cada uma das áreas se deu no século XIX (ARAÚJO, 2014, p. 6)

Schellenberg (2002, p. 43) faz um paralelo entre os materiais de uma biblioteca e de um arquivo. Nos materiais administrativos do arquivo existe a relação orgânica e os valores culturais são acidentais, já na biblioteca visam-se os fins culturais. Antes do surgimento de instituições de arquivo, os arquivos ficavam sob custódia das bibliotecas.

**Quadro 5 – Paralelo entre Biblioteca e Arquivo**

<b>BIBLIOTECA</b>	<b>ARQUIVO</b>
<b>Gênero de documentos</b>	
documentos impressos	documentos textuais
audiovisual	audiovisual
cartográfico	cartográfico
<b>Origem</b>	
os documentos são produzidos e conservados com objetivos culturais	os documentos são produzidos e conservados com objetivos funcionais; administrativos e probatórios.
<b>Aquisição ou custódia</b>	
os documentos são colecionados de fontes diversas, adquiridos por compra ou doação.	os documentos não são objeto de coleção; provêm tão-só das atividades públicas ou privadas, servidas pelo arquivo ou pessoal.
os documentos existem em numerosos exemplares	os documentos são produzidos num único exemplar ou em limitado número de cópias
a significação do acervo documental não depende da relação que os documentos tenham entre si	há uma significação orgânica entre os documentos
<b>Método de Avaliação</b>	
aplica-se a unidades isoladas	preserva-se a documentação referente a uma atividade, como um conjunto e não como unidades isoladas
o julgamento não tem caráter irrevogável	os julgamentos são finais e irrevogáveis
o julgamento envolve questões de conveniência, e não de preservação ou perda total	a documentação não raro existe em via única
<b>Método de Classificação</b>	
utiliza métodos predeterminados	estabelece classificação específica para cada instituição, ditada pelas suas particularidades

exige conhecimento do sistema, do conteúdo e da significação dos documentos a classificar	exige conhecimento da relação entre as unidades, a organização e o funcionamento dos órgãos
<b>Método Descritivo</b>	
aplica-se a unidades discriminadas	aplica-se a conjuntos de documentos
as séries (anuários, periódicos etc.) são unidades isoladas para catalogação	as séries (órgãos e suas subdivisões, atividades funcionais ou grupos documentais da mesma espécie) são consideradas unidades para fins de descrição

Fonte: Paes (2004).

Paes (2004, p.18) conclui que a Biblioteconomia trata de documentos, enquanto coleção, enquanto que a arquivística de conjuntos de documentos, segundo o fundo documental. Já Santos e Reis (2011, p.4) complementam afirmando que “o arquivo tem finalidade funcional e administrativa (caráter orgânico, isto é, produzido por um organismo ou órgão no decorrer de suas atividades), a finalidade das bibliotecas [...] é essencialmente cultural, apesar de o arquivo também ter potencial para obter caráter cultural, após transcorrido algum tempo, pois muitos dos seus documentos podem ser considerados históricos para a memória organizacional”. As bibliotecas são constituídas de coleções temáticas adquiridas por meio de compra, doação ou permuta, já os arquivos produzem ou recebem seus documentos pela própria instituição na execução de suas ações. No arquivo o documento é único, já nas bibliotecas os livros, revistas, jornais são feitos em numerosos exemplares.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foram realizados dois movimentos paralelos. No primeiro capítulo, apresentaram-se de forma sucinta os conceitos das ciências biblioteconômicas e arquivísticas, como forma de embasarmos a atuação dos profissionais de cada área, enfatizando as técnicas comuns, fronteiras e limites entre elas.

Percebe-se na pesquisa diversificada produção científica recente, relacionada às aproximações entre a Biblioteconomia e a Arquivologia, embora no Ministério do Trabalho elas não possuam o mesmo CBO, mesmo as técnicas documentárias sendo distintas.

Assim, no segundo capítulo, foram apontadas as ações documentais nas duas áreas, apresentando-se as técnicas que a Arquivologia aplica baseando-se na Biblioteconomia, mas também as que a Arquivologia precisa trabalhar devido a natureza do documento.

Araújo (2014, p. 154) ao fazer um comparativo entre as ações dos profissionais destas áreas afirma que “Identificar essas ações humanas significa referir-se a uma dimensão invisível, na medida em que o que aparece são os documentos, os arquivos, as tabelas de temporalidade, as bibliotecas, [...]”. É como se os fundos arquivísticos, as coleções bibliográficas, os sistemas de classificação, os serviços de indexação e resumos, as reservas técnicas fossem todos a ‘musculatura’, a ‘pele’ e o ‘tecido’ de um corpo, e as várias ações informacionais que tornaram a existência deles possível fossem os ‘ossos’, uma estrutura interior e interna, invisível, mas existente e fundamental para a existência dos demais. Inferem-se desta citação que as técnicas documentais são as manifestações visíveis da informação.

Este tema é de grande relevância para a formação profissional do bibliotecário que deseja ser absorvido no mercado de trabalho em outras unidades de informação, que não seja a biblioteca propriamente dita.

A análise dos referenciais bibliográficos escolhidos na metodologia deste trabalho ajudou-nos a reforçar a essência do bibliotecário-documentalista, seus princípios básicos de sustentação, seu desenvolvimento ao longo do tempo.

Verificou-se que a Biblioteconomia e a Arquivologia são áreas relacionadas conceitual e historicamente e identificaram-se as nuances com que cada uma delas

trata a informação documental, porém cada um tem seu papel: o arquivista e o bibliotecário.

Concordamos com o que Fonseca (1992, p.18) quando ele afirma que a documentação não é um nome novo para as tarefas da Biblioteconomia. “Cada uma delas têm seus objetivos, devendo, porém, atuar de mãos dadas”.

Esse trabalho tem como interesse destacar a importância do diálogo e da cooperação entre as áreas da Biblioteconomia e da Arquivologia, por elas possuírem a informação como norte, para uma atuação em parceria.

Nota-se ainda certa dificuldade de trazer referências de outros autores mais atuais (dos últimos 05 anos), principalmente sobre a temática de documentação, visto que há uma diminuição deste tema por parte dos nossos pares, talvez porque achem que seja sinônimo do fazer arquivístico ou ainda com a ascensão aqui no Brasil da Ciência da Informação.

Tendo-se como fonte a CBO do Ministério do Trabalho em Emprego citado no Marco regulatório da Biblioteconomia, o senso comum pode inferir que tanto o bibliotecário como o documentalista pode desempenhar o mesmo papel em qualquer unidade de informação. Conclui-se, a luz das definições de cada Ciência que cada profissional tem um tratamento diferenciado ao mesmo documento.

Da mesma forma infere-se com relação ao CBO de Arquivologia que traz a descrição sumária igual para o museólogo.

#### **Quadro 6 – Tratamento documental: Biblioteconomia X Arquivologia**

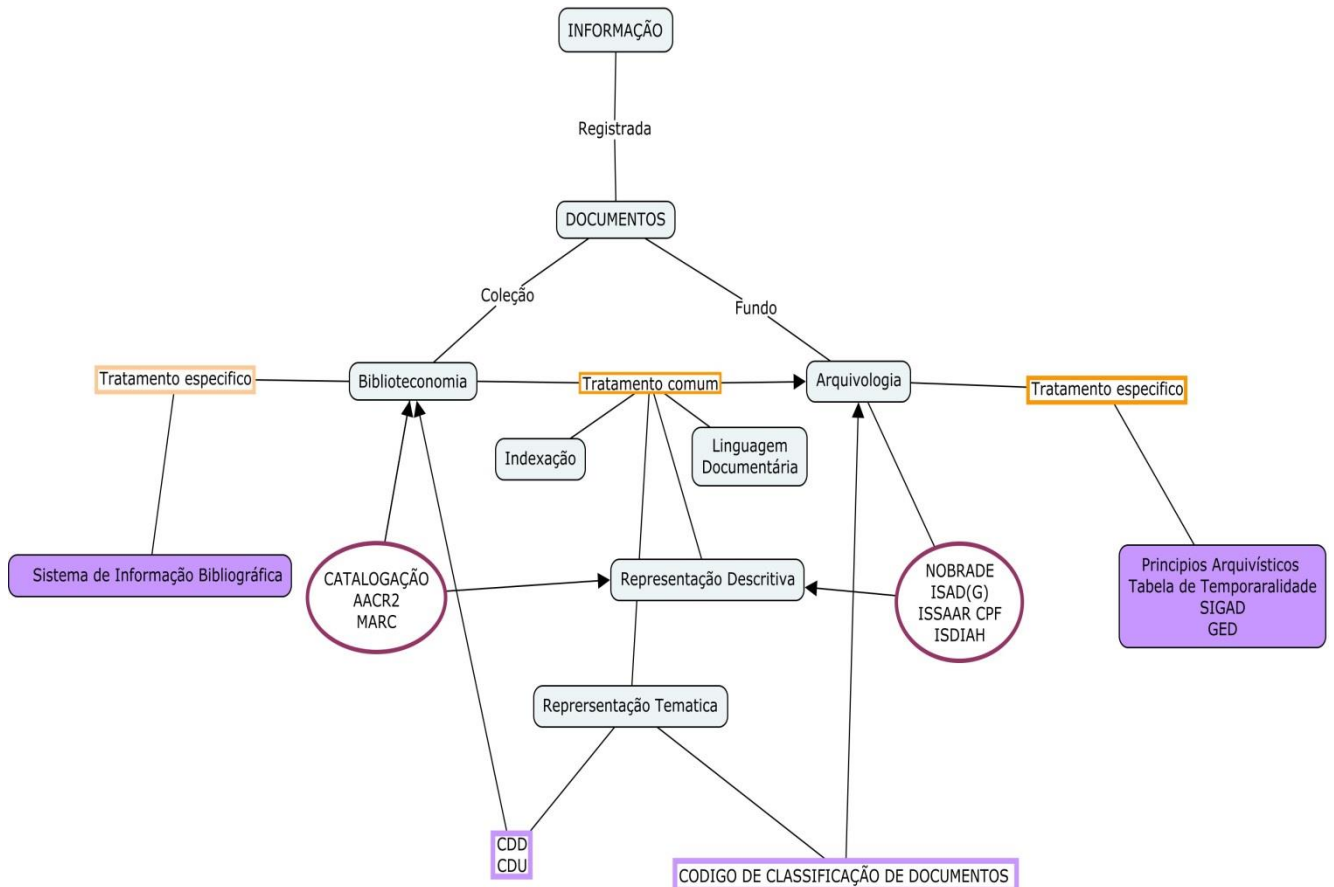
	Biblioteconomia	Arquivologia
Problema	Análise da literatura científica	Comprovação da origem
Método	Ênfase no conteúdo/assunto	Ênfase na autenticidade/função
Desenvolvimento	Técnico-científico	Jurídico-administração

Fonte: Adaptado de Tanus, Renau e Araújo (2012).

Como sugestão para pesquisas futuras, sugerimos a aplicação de um questionário aos alunos de diversos períodos sobre essa temática para verificar até que ponto fica claro essa diferença.

A partir de todo esse entendimento, podemos demonstrar na FIG. 1 a seguir um mapa conceitual que retrata os pontos de conexões e divergência entre a Biblioteconomia e Arquivologia.

**Figura 1 – Mapa conceitual das conexões entre a Biblioteconomia e a Arquivologia**



Fonte: Elaboração própria (2018).

Conforme mostra o mapa conceitual, as duas ciências têm em comum a organização e tratamento da informação registrada em documento, o que diferencia é o tipo do documento (livro ou documento único), se é coleção ou fundo. Com relação à técnica, na Biblioteconomia se tem as linguagens documentárias, a catalogação, a classificação, indexação, tesauros e resumos.

Na Arquivologia, além das linguagens documentárias, classificação, indexação, resumos e tesouros, têm ainda a descrição, os princípios, as tabelas de temporalidade.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ricardo Sodré. **Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística**: a Norma Brasileira de Informação Arquivística (NOBRADE), A Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) e o Projeto Archives Hub. Revista Ponto de Acesso, v.1, n.2, p.70-100, jul/dez 2007. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1589/1813>. Acesso em 07 out 2018.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação**: o diálogo possível. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2014.
- ARAUJO, Eliany Alvarenga; OLIVEIRA, Marlene de. A produção de conhecimentos e a origem das bibliotecas. In: **Ciência da informação e biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.
- BARRETO, Ângela Maria; BARREIRA, Maria Isabel de Jesus Sousa. **Fragmentos de uma preciosa memória**: Esmeralda Aragão e a Biblioteconomia na Bahia. Salvador: EDUFBA, 2008.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivologia: objetivos e objeto**. Disponível em: <https://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/04/arquivologiaobjetivosobjeto.pdf>  
Acesso em: 12 out 2018
- BIBLIOTECA NACIONAL. **O setor de representação descritiva e os desafios da Catalogação**. 2018. Disponível em:  
<<https://www.bn.gov.br/explore/curiosidades/setor-representacao-descritiva-desafios-catalogacao>. Acesso em: 08 nov. 2018.
- BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação brasileira de ocupações**. Disponível em:  
<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>.  
Acesso em: 19 de jul. 2018.
- BRASIL, Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- BRIET, Suzanne. **O que é documentação?** Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2016.
- CAMPOS, M. L. de A; GOMES, H. E; MOTTA, D. F. da. **Elaboração de tesauro documentário**: relação entre conceitos e termos. 2004. Disponível em:  
<<http://www.conexaorio.com/bit/tesauro/relacoes.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CINTRA, Anna Maria Marques; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; Lara, Marilda Lopes Ginez; KOBASHI, Nair Yumiko. **Para entender as linguagens documentárias**. 2.ed.São Paulo: Polis, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. (Conarq). Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <http://conarq.gov.br/>. Acesso em: 02 out 2018.

CRIVELLI, Renato;BIZELLO, Maria Leandra. **A história da Arquivologia no Brasil**. Fuentes. v. 6, n. 21, La Paz, ago 2012.Disponível em: [http://www.revistasbolivianas.org.bo/pdf/fdc/v6n21/v6\\_n21\\_a05.pdf](http://www.revistasbolivianas.org.bo/pdf/fdc/v6n21/v6_n21_a05.pdf). Acesso em: 01 out. 2018.

EGGERT-STEINDEL, Gisela; HENRIQUE, Ivonir Terezinha; MUSSE, Sueli Carvalho. Práticas bibliotecárias: a formação, a auto-formação e a atuação dos primeiros bibliotecários catarinenses. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.12, n.2, 2002, p. 125-143.

FARIA , Sueli *et al.* **Competências do profissional da informação: uma reflexão a partir da Classificação Brasileira de Ocupações**. Ciência da Informação, Brasília, v. 34, n. 2, p. 26-33, maio/ ago, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n2/28552.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2018.

FERREIRA, Lucienne da Costa; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. A representação da informação para a organização do acervo em bibliotecas universitárias. In: ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. *et al.* (org.). **Representação da informação: um universo multifacetado**. João Pessoa: UFPB, 2012.

FIGUEIREDO, Marco Aurélio Castro de; SOUZA, Renato Rocha. **Aspectos profissionais do bibliotecário**. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 24, p. 10-31, 2007.

FONSECA, Edson Nery. Ciência da Informação e prática bibliotecária. **Ci. Inf.**, Brasília, v.16, n. 2, p. 125-27, jul./dez. 1987.

\_\_\_\_\_. **Introdução à biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 1992.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GUARIDO, Maura Duarte Moreira. **CDD e CDU: uso e aplicabilidade para cursos de graduação em biblioteconomia**. Marília: Fundepe, 2010. 78p.

GOMES, H.E. (coord.). **Manual de elaboração de tesauros monolíngues**. Brasília: Ministério da Educação / Ministério da Ciência e Tecnologia, Programa Nacional de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior, 1990.

KOBASHI, Nair Yumiko. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **DataGramaZero** - Revista de Ciência da Informação, v.8, n.6, dez 2007.

LANCASTER, F.W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE COADIC, Yves François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra; MACEDO, Vera Amália Amarante (org.). **Formas e expressões do conhecimento**: introdução às fontes de informação. 2.ed. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 2008.

LITTON, Gaston. **A documentação**. São Paulo: Editora McGRAW-HILL do Brasil, 1976.

MARC 21. 2008. Disponível em: <http://www.dbd.puc-rio.br/MARC21/conteudo.html>. Acesso em: 12 out 2018.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **O ensino de biblioteconomia no Brasil**. Ciência da Informação, [S.l.], v. 14, n. 1, june 1985. ISSN 1518-8353. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/222>. Acesso em: 17 oct. 2018.

OLIVEIRA, Jemima Marques de. **Princípios básicos da Biblioteconomia**. Semestre letivo 1996.1. 7p. Notas de aula.

ORTEGA, Cristina Dotta. **A documentação como uma das origens da Ciência da informação e a base fértil para sua fundamentação**. Brazilian Journal of Information Science, v. 3, n. 1, p. 3-35, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/issue/view/15>. Acesso em: 25 Set. 2018.

ORTEGA, Cristina Dotta. **Surgimento e consolidação da documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil**. Perspectivas em Ciência da Informação, v.14, número especial, p.59-79,2009. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/899>. Acesso em: 15 out. 2018.

OTLET, Paul. **Documentos e documentação**. 1937. (Introdução aos trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal, realizado em Paris, em 1937). Disponível em: Acesso em: 15 out. 2018.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3. ed - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em:

<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em 30 out 2018.

ROBREDO, Jaime; CUNHA, Murilo B. da. **Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem informatizada da biblioteconomia e dos sistemas de informação**. São Paulo: Global, 1994.

SANTA ANNA, Jorge. Aspectos epistemológicos da ciência da informação e o comportamento informacional: diálogos com Borko, Le Coadic e Saracevic. **RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 344-364, jan. 2018. ISSN 1678-765X. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8649807>. Acesso em: 25 set. 2018.

SANTOS, João Tiago; REIS, Leonardo. **Arquivologia facilitada: teoria e questões**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 2. ed. - Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SILVA, Divina Aparecida da; ARAUJO, Iza Antunes. **Auxiliar de biblioteca: técnicas e práticas para formação profissional**. 6.ed. Brasília: Thesaurus, 2009.

SILVA, Armando Malheiro et. al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 2. ed. Porto: Afrontamento, 2002.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.3, p.52-66, set./dez 2010.

TANUS, Gabrielle Francinne de S.C; RENAU, Leonardo Vasconcelos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de documento em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **RBBd. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 158-174, fev. 2013. ISSN 1980-6949. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/220>. Acesso em: 13 out. 2018.

ZAHER, Celia Ribeiro; GOMES, Hagar Espanha. Da bibliografia à Ciência da Informação: um histórico e uma posição. **Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, 1(1): 5-7, 1972.